



## POLÍTICA CULTURAL NA GUINÉ-BISSAU: Uma análise da relação entre Estado e cultura no período democrático (1994-2020)<sup>1</sup>.

Vladimir Bucal<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo visa analisar a relação entre Estado e cultura a partir de 1994, período da democratização, ou seja, período que começou o primeiro Estado eleito democraticamente. O trabalho enfoca a partir de 1994 até 2020, ano que foi instituído a Secretaria de Estado da Cultura, desincorporando, portanto, da antiga Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto. O método usado foi o qualitativo, baseando-se na revisão bibliográfica e pesquisa documental. O trabalho levanta a questão de como proceder em um campo/setor estreitamente associado a todas as formas de pensar, valores, tradições, costumes e modos de vida de uma sociedade, como o caso da Guiné-Bissau. Conclui-se que a relação entre o Estado e Cultura na Guiné-Bissau tornou-se um eterno embate entre o otimismo da vontade e a aridez administrativa.

**Palavras-chave:** Guiné-Bissau. Cultura. Políticas Culturais.

### ABSTRACT

The present article aims to analyze the relationship between state and culture from 1994 on, the period of democratization, i.e., the period when the first democratically elected state began. The work focuses on the period from 1994 to 2020, the year in which the Secretary of State for Culture was created, thus disincorporating the former Secretary of State for Youth, Culture and Sports. The method used was qualitative, based on bibliographic review and documentary research. The work raises the question of how to proceed in a field/sector closely associated with all forms of thinking, values, traditions, customs, and ways of life of a society, such as the case of Guinea-Bissau. It concludes that the relationship between the State and Culture in Guinea-Bissau has become an eternal clash between optimism of will and administrative aridity.

**Keywords:** Guinea-Bissau. Culture. Cultural Policies.

<sup>1</sup> O presente artigo resulta de pesquisa em desenvolvimento nível de mestrado em Políticas Públicas.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Maranhão - UFMA; Graduação em Humanidades e Licenciatura em Sociologia pela UNILAB; Mestrando em Políticas Públicas pela UFMA; e-mail:

[v.bucal@discente.ufma.br](mailto:v.bucal@discente.ufma.br)

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



## 1 INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau<sup>3</sup> é um país democrático, mas que nunca teve um governo consistente, sólido que conseguisse terminar o seu mandato<sup>4</sup>, devido a uma progressiva onda de incerteza política que ele conheceu a datar da sua independência, na qual vem revelando crises constantes na esfera política, militares e administrativas. Acontecimentos que vieram paralisando e afundando o país, cada vez mais, numa instabilidade política, econômica, administrativa, social, cultural e democrática. São esses fatos que “[...] a várias décadas não permitiram criar condições de execuções das políticas públicas ambiciosas e sustentáveis [...]” (GUINÉ-BISSAU, 2015).

O país segue apresentando indicadores preocupantes em assuntos voltados ao desenvolvimento humano, fazendo assim parte dos dez países do mundo com os piores índices de desenvolvimento humano (PNUD, 2020). A cultura representa um fator de desenvolvimento humano. Portanto, se é verdade que a cultura é a emanção do tipo e nível de desenvolvimento de um povo, não é menos verdade que ela é seu principal catalisador. A cultura legítima, emancipa, e torna mais autêntica e acessível a ação pública de desenvolvimento.

Nesse enredo, a Guiné-Bissau sendo uma região da África subsaariana, dispõe de uma herança cultural bastante rica e diversificada, com uma pluralidade de ritmos, instrumentos musicais, danças e manifestações culturais, conta com um intenso intercâmbio cultural entre etnias, não apenas pela expressão corporal, mas também nos trajes ou sons e instrumentos que acompanham as manifestações e práticas

<sup>3</sup> A Guiné-Bissau é um país pertencente à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), situado no oeste do continente africano, banhada pelo Oceano Atlântico e faz divisa com dois países vizinhos – ao Norte com a República do Senegal, ao Leste e ao Sul com a República da Guiné-Conakry – ambos os países francófonos. Compreende uma extensão territorial de 36.125 km<sup>2</sup>, não obstante, as inundações causadas pelas marés fluviais e o alagamento resultante das chuvas regulares e periódicas ocasionam com que, apenas, 24.800 km<sup>2</sup> da superfície total seja habitável AUGEL, 2007; INE, 2015; CAOMIQUE, 2022). O país possui 1,9 milhões de habitantes (BANCO MUNDIAL, 2021). Ocasionando, assim, a lista dos Estados menos populosos do continente africano e de sua sub-região.

<sup>4</sup> De acordo com a constituição da República de Guiné-Bissau (1996), o mandato do governo (legislativo) tem duração de 4 anos.

PROMOÇÃO

APOIO





culturais que estão muito presentes no cotidiano guineense (BUCAL, MACHADO, 2022). Por certo, este potencial precisa ser valorizado e internacionalizado, pois, a identidade de um povo é a sua cultura.

A cultura constitui hoje um direito fundamental, cuja ação contribui fortemente para o progresso da personalidade humana, para a transmissão de conhecimento e saber, e para o respeito mútuo, como também para a materialização do pluralismo, do respeito e dos valores democráticos. Por isso que se faz necessário advertir sobre o papel imprescindível da cultura para a identidade nacional e afirmação como povo, por um lado, e por outro, um elemento incontornável para a paz e desenvolvimento sustentável do país, como o caso da Guiné-Bissau.

Considerando a responsabilidade do Estado por meio da Secretaria de Estado da Cultura, na definição das políticas públicas de cultura da Guiné-Bissau, apesar de até presente artigo não ter definido a política cultural e conseqüentemente a sua identidade, a despeito de muito rico nas atividades culturais, resultante da diversidade étnicas. O trabalho em questão tem compreendido políticas culturais como um campo de batalha no contexto da relação entre Estado e Cultura na Guiné-Bissau desde o início do período democrático. Entende-se que a relação entre Estado e Cultura é vital para compreender o campo de reflexão sobre políticas culturais.

Diante disso, a relação entre o Estado e cultura levanta a questão de como proceder em um campo/setor estreitamente associado a todas as formas de pensar, valores, tradições, costumes e modos de vida de uma sociedade, como o caso da Guiné-Bissau.

Perante o exposto, o presente artigo visa analisar a relação entre Estado e cultura a partir de 1994, período da democratização, ou seja, período que começou o primeiro Estado eleito democraticamente. O trabalho enfoca a partir de 1994 até 2020, ano que foi instituído a Secretaria de Estado da Cultura, desincorporando, portanto, da antiga Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto.

O artigo busca-se mapear, através dos documentos acessados as ações do Estado no setor da cultura, como também, analisar os aspectos dessa relação que fornecerão elementos importantes de análise para um melhor entendimento de como a cultura está se tornando uma questão de política pública na Guiné-Bissau, e como está acontecendo um verdadeiro debate nacional sobre que tipo de instituição será



capaz de enfrentar os desafios deste campo de intervenção.

Entretanto, a partir dessas considerações iniciais, cabe indicar que a proposta metodológica utilizada foi o qualitativo, baseando-se na revisão bibliográfica e pesquisa documental. Com efeito, de modo geral, consistiu em situar as ações públicas do Estado no setor da cultura, seus embaraços, etc. começando com o primeiro Estado eleito democraticamente. O presente artigo é parte da dissertação em políticas públicas do autor desse texto.

## 2 CULTURA E POLÍTICAS CULTURAIS: olhares transversais

Começa-se por apontar que o debate sobre políticas culturais carrega como ponto de partida a acepção de cultura e de sua importância, assim considera-se conveniente, ao debater o tema, resgatar o conceito de cultura na perspectiva de alguns teóricos, certamente sem intenção de esgotá-lo.

Edward Tylor em 1871, na sua obra *The primitive Culture*, apresentou a primeira definição científica de cultura. Na qual distintas definições e teorias foram aparecendo, contrapondo-se, mas dialogando entre si. Diante disso, tanto o seu uso quanto às formas de se entender cultura evoluiu em conjunto com a evolução humana, tomando diferentes aspectos em certas épocas e nações.

Em sua obra intitulado *Marxismo e literatura*, Raymond Williams (1979, p. 17), discorre que a categoria de cultura figura “no centro mesmo de uma importante área do pensamento e da prática modernos”, ao integrar “através da sua variação e complicação [...] não só as questões, mas também as contradições através das quais [esse pensamento] se desenvolveu”. O autor, ao analisar o conceito de cultura como um processo social e político e ainda como uma peça de mudança social, tendo assim, um pensamento histórico marxista, considera a cultura como processo histórico. Com isso, esmiúça a ideia de que a cultura é fundamental na formação da sociedade, dos indivíduos e de suas instituições.

Por sua vez, Thompson, um importante historiador inglês de orientação marxista do século XX, traz profundas reflexões para o campo da cultura, tomando esta como um espaço de elementos conflitivo, dinâmico, complexo e contraditório. Para Thompson, diversos costumes e práticas culturais detêm uma função racional, por isso, muitos deles são fortificados através dos protestos populares. Ademais, é necessário levar em conta que interpretações da “cultura” a partir de visões de coesão

social, vendo na cultura a “invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto” (THOMPSON, 1998, p. 13).

Ante o exposto, o entendimento sobre a cultura aprisiona-se, várias vezes, à sua antiga e sequente identificação como os costumes, as tradições e os valores credenciados pela sociedade. Embora, recentemente, considere-se, sobretudo na alçada internacional, o prisma de compreender a cultura sob viés antropológico e sociológico. Nesse contexto, é fundamental destacar duas dimensões da cultura, visto que as referidas dimensões são determinantes no tipo de investimento governamental, traçam os planos dentro de políticas culturais. Assim, em virtude de seus aspectos estruturais, em sua totalidade, têm que ser vistas a partir da responsabilidade repartida dentro do Estado.

Sob outro enfoque, as análises sobre as políticas públicas de cultura ou políticas culturais têm gerado veementes debates, em quase todas correntes teóricas no campo da cultura: estruturalismo, pós-modernismo, marxismo etc. Desde pelo menos, o século XX, diversos pesquisadores europeus, norte-americanos, latino-americanos e africanos têm se debruçado sobre este campo.

Precisamente por esse motivo surgiu como tema relacionado a condições nacionais e políticas diferentes, apresentando e fazendo convergir aspirações e ideologias muitas vezes dissonantes. O referido conceito antes de ser trabalhada pela UNESCO e pelos outros atores que lhe atribuíram aspectos técnicos, objetivos, governamentais e geralmente democráticas, circulou segundo Silva (2016) mais nos corredores diplomáticos e discussões amplas sobre identidade do que no cotidiano das repartições e organizações dedicadas a assuntos culturais.

Por certo, no continente africano as políticas culturais se denotam como uma área emaranhado, considerando-se a multiplicidade cultural existente no continente, e por sua diversidade étnica e cultural faz-se um caso particular. As gêneses das políticas culturais africanas remontam ao período colonial, onde a cultura era vista como um instrumento político para lutar contra o desprezo colonial pela cultura africana, assim como o impacto negativo da dominação externa e da cultura europeia sobre a África e suas culturas.

#### PROMOÇÃO



#### APOIO





As políticas culturais como fenômeno europeu surgem no continente africano a partir da UNESCO na época em que diversos países africanos estão saindo da colonização e entrando em momento de independência. E entre 1975-1976, a reflexão sobre políticas culturais no continente africano ganhou um novo fervor/impulso, tanto no contexto da organização da Conferência Intergovernamental sobre políticas culturais na África “AFRICACULT- Acra, 1975”, bem como, na elaboração da Carta Cultural para África em 1976, que foi um marco fundamental na solidificação do pensamento sobre a cultura e as políticas culturais africanas, e em janeiro de 2006, a partir de um quadro normativo específico para o setor cultural, foi conhecida uma nova versão que chamada de “Carta para o Renascimento Cultural da África”, este que constituiu como um documento de referência mais importante para as políticas culturais dos Estados africanos.

### 3 TRILHOS E TRAMAS DA CULTURA GUINEENSE: intenções, ações da SEJCD/SEC

A partir dos finais da década de 1980 e começo de 90, se deu o processo de democratização na Guiné-Bissau, que permitiu, mesmo que de forma irrisória a ascensão dos movimentos sociais, multipartidarismo, debates acerca das capacidades estatais em cuidar com novos desafios imposto pela democracia no mundo. Em 1994, realizou-se a primeira eleição geral na Guiné-Bissau, assim, o país entrou oficialmente no regime democrático.

Com o Estado eleito democraticamente foi criado por meio do Decreto Presidencial nº2/94 a Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto (SEJCD). A SEJCD é o organismo governamental responsável pela tutela da cultura, ao qual compete formular, propor, coordenar e executar a política do Governo em matéria da juventude, cultura e desportos. No entanto, a SEJCD se vigorou até 2019, pois em 2020 por meio do Decreto Presidencial nº 3/2020, de 2 de março, artigo 35º foi instituído a Secretaria de Estado da Cultura (SEC), desincorporando, portanto, da antiga SEJCD. Assim, SEJCD e SEC ambas estão sob dependência direta do Primeiro-Ministro.

Certamente, SEJCD/SEC para perfazer com o plasmado do art. 17º da Constituição da República da Guiné-Bissau (1996), onde o Estado reconhece que:

É imperativo fundamental do Estado criar e promover as condições favoráveis à preservação da identidade cultural, como suporte da consciência e dignidade nacionais e fator estimulante do desenvolvimento harmonioso da sociedade. O Estado preserva e defende o patrimônio cultural do povo, cuja valorização deve servir o progresso e a salvaguarda da dignidade humana” “[...] Serão criadas condições para que todos os cidadãos tenham acesso à cultura e sejam incentivados a participar ativamente na sua criação e difusão”. (GUINÉ-BISSAU, 1996, p. 4).

A Secretaria de Estado da Juventude, Cultura e Desporto, realizou-se diversas ações voltado a cultura. Cita-se o exemplo da II<sup>5</sup> Conferência Nacional da Cultura em 1996, cujo a finalidade consiste na necessidade de revitalizar a cultura guineense e, por conseguinte, fazer uma reforma cultural no país. Dessa maneira, na II Conferência Nacional da Cultura foram traçados seguintes objetivos:

A valorização e promoção da identidade, patrimônio e cultura nacionais, dentro e fora do país, o investimento nos artistas e produções nacionais bem como a sua projeção no estrangeiro, o fortalecimento das relações internacionais, nomeadamente com estruturas que cedessem apoio financeiro, o investimento na formação artística e a regularização de leis para o setor cultural (TCHINTCHOR, 1997, p. 6-7 *apud* SANTANA, 2015).

Ora, logo nos primeiros anos que o país entrou oficialmente no regime democrático, conheceu seu maior conflito político-militar, chamada guerra civil de 7 de junho de 1998/99. Este conflito político-militar, de acordo com Rudebeck (2001, p. 24) gerou inúmeros crises como no caso da “crise financeira, falta de recursos materiais e destruição de infraestruturas, insegurança institucional e desilusão política e humana”. Consequentemente, de forma funesta, a guerra civil de 1998, causou estragos insuperáveis no domínio cultural e histórico, com a destruição do INEP, e de grande parte do seu repositório, destruição do Centro de Documentação sobre Música e Dança, e de infraestruturas como o caso de Cine UDIB (SANTANA, 2015).

Tendo em conta as evoluções subseqüentes, sobretudo da ruptura introduzida pela guerra de 1998/99 e suas conseqüências, fez com que a desorganização do sistema de Estado provocada por estes conflitos institucionais se tornou num dos maiores embaraços para implementação de várias políticas públicas, principalmente no domínio da cultura. Exemplo, das políticas previstas no Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP I e II), que em 2005, por meio do primeiro DENARP, o governo guineense manifesta através da estratégia de luta contra a

<sup>5</sup> A primeira Conferência Nacional da Cultura na Guiné-Bissau, aconteceu em 1988, mas devido ausência de material sobre o assunto, prefiro não avançar com essa matéria.



pobreza a necessidade de fazer da Guiné-Bissau “um país pacífico na diversidade, que valorize o patrimônio cultural” (DENARP I, 2005, p. 25). Apesar de documento apontar que o fim da pobreza exige uma abordagem abrangente que toma em conta tanto os aspectos económicos, sociais e institucionais assim como culturais e ambientais, porém, o mesmo documento não apresenta nenhuma estratégia para a cultura.

Nesse interim, é importante apontar que a promoção das artes e da cultura na Guiné-Bissau foi afetada por outros acontecimentos que pode-se considerar de inesquecíveis na mente dos guineenses, o caso das trágicas mortes do então chefe do Estado Maior General das Forças Armadas Tagme Na Waie, por uma bomba dentro do seu gabinete, e do então presidente da República, João Bernardo Vieira (Nino) atacado e assassinado em sua residência oficial, em 2009, e incessantemente, no mesmo ano foram assassinadas também algumas figuras políticas. No entanto, com essa instabilidade política, toda a atenção e os recursos do Estado estavam totalmente direcionados para resolução da conjuntura política, de segurança e a remonta da estabilidade.

A seguir esse cenário, tendo a nova eleição que culminou com golpe, e após um hiato de dois anos de encadeamento de um golpe militar que instalou um governo provisório, foram realizadas novamente eleições gerais (presidenciais e legislativas), em 2014. O processo eleitoral, até então bem-sucedido, é visto como um passo crucial para o regresso da Guiné-Bissau à normalidade constitucional, tendo o presidente da república José Mário Vaz e o primeiro-ministro Domingos Simões Pereira ambos membros do histórico partido – PAIGC.

Com efeito, o governo, considerando os problemas de origem conjunturais e de caráter estrutural na Guiné-Bissau, nomeadamente: “fragilidade do tecido econômico, a fraqueza das instituições e de todo processo democrático, o caráter crônico da instabilidade política e a assumida falta de capacidade de respostas a muitas situações de emergência” (GUINÉ-BISSAU, 2014, p. 3), decidiu apresentar três programas de intervenção, a saber: programa de Urgência, programa de Contingência e programa de Desenvolvimento.

Nestes programas, constata-se que as ações voltadas para a cultura estão enquadradas no terceiro eixo - programa de desenvolvimento, que é muito mais



complexo e ambicioso, tendo como principal objetivo alterar o quadro macroeconômico, social e político do país com objetivo de na próxima década a Guiné-Bissau possa ocupar um lugar de destaque pela positiva nos índices de desenvolvimento humano (GUINÉ-BISSAU, 2014, p. 4).

Por certo, observando para o cenário cultural, importante destacar que o governo da IX legislatura liderado por Domingos Simões Pereira, após reconhecerem a deterioração no setor da cultura, elegeram propor cinco medidas que tem a intenção de responder às demandas prioritários do contexto cultural do país, notadamente - Criar um quadro jurídico-Legal de base que rege o funcionamento das instituições culturais; preservar, valorizar e difundir o patrimônio cultural nacional; promover a criação e difusão artística e literária; Formar e capacitar técnicos e animadores culturais; Elaborar o documento da política de desenvolvimento cultural (GUINÉ-BISSAU, 2014).

Realmente, o Estado a partir da SEJCD encetou diversas ações voltadas ao setor cultural, isto é, as intenções de impulsionar o desenvolvimento do setor cultural eram evidentes, como sustenta Bucal et al (2022, p. 11) “marcos importantes podem ser notados no que concerne ao estabelecimento de ações que visavam articular políticas culturais no país”.

Desse marco dito pelo autor, cita-se como exemplo, a realização da III Conferência Nacional de Cultura em 2015 e outros interesses percebidos na gestão, como no caso do estímulo à qualificação dos agentes culturais/profissionais; da construção de equipamentos culturais, de infraestruturas que viabilizem os trabalhos dos grupos e às manifestações artístico-culturais; também a intenção de promover debate público participativo para debruçar-se sobre o futuro do setor cultural. Essa conferência estabelece o início de um processo que visa a construção de uma política nacional de cultura.

Apesar dos esforços evidentes em diferentes setores, sobretudo no domínio da cultura, por parte do governo de Domingos Simões Pereira, em agosto de 2015, cerca de um ano depois das eleições considerado de crucial para o regresso da Guiné-Bissau à normalidade constitucional e institucional, iniciou-se uma nova crise política entre presidente e primeiro-ministro.

#### PROMOÇÃO



#### APOIO





O desentendimento dos dois resultou na demissão de Domingos Simões Pereira como primeiro-ministro. Mergulhando, assim, o país em uma crise política e institucional (TOUPANE, et al. 2019) resultando em oito primeiro-ministro nomeados e destituídos até o fim do mandato do presidente em 2019. Destarte, das sucessivas demissões de governo durante a IX legislatura, pelo então Presidente da República José Mário Vaz, os planos de ações do executivo sobre o desenvolvimento do setor cultural passaram a ser ameaçados.

#### 4 EMBARAÇOS DO SETOR CULTURAL DA GUINÉ-BISSAU: aspecto institucional/organizacional, jurídico e financeiro

A Guiné-Bissau depara desde início de período democrático com embaraços notáveis em relação à gestão cultural pública, por motivo das questões institucionais e organizacionais, que reflete, portanto, em diferentes pontos: a fragilidade institucional, o país vem defrontando com instabilidade política e governança frágil ao longo dos anos. Essa fragilidade institucional afeta diretamente a gestão cultural pública guineense, resultando em ausência de um plano estratégico de longo prazo para o setor cultural, baixo investimento e capacidade limitada de implementação de programas culturais. O absentismo de instituições culturais sólidas e de uma estrutura governamental eficiente estorva a formulação e execução de políticas culturais consistentes.

A competência limitada de gestão é outro entrave para a gestão cultural pública na Guiné-Bissau. A falta de recursos humanos qualificados e treinados no setor cultural dificulta a implementação eficaz de programas culturais, a gestão de instituições culturais e a promoção da criatividade artística. É evidente que a capacitação e formação de gestores culturais são fundamentais para fortalecer a governança cultural e melhorar a eficiência e a eficácia da gestão cultural pública.

Seguindo, o quadro jurídico-legal exerce um papel importante no setor da cultura, visto que estabelece as bases legais e regulatórias que rege a proteção, promoção e desenvolvimento das atividades culturais em uma sociedade. Além de colaborar na preservação do patrimônio cultural, na promoção da diversidade, no fomento à criação artística, entre outras.

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



Através de leis adequadas e eficazes, pode-se, também, instituir um ambiente propício para a valorização e o crescimento do setor cultural, beneficiando tanto os criadores e artistas assim como a sociedade em geral.

Pois bem, no contexto da Guiné-Bissau, observa-se de acordo com documentos acessados, que o setor cultural guineense depara com desafios relacionados com o quadro jurídico-legal de base para guiar o funcionamento das instituições culturais (BUCAL, MACHADO, 2022). No entanto, nos últimos anos teria sido introduzida uma série de textos no processo de aprovação. São eles: i) o Estatuto do Mecenato; ii) eventos culturais relacionados com a dança, música, teatro e cinema; iii) a luta contra a pirataria; iv) o Regulamento sobre as condições técnicas dos locais e divertimentos públicos (GUINÉ-BISSAU, 2020, p. 28).

Trilhando, a Guiné-Bissau é signatária de algumas convenções internacionais relacionadas à cultura. Exemplo da convenção de Berna para a proteção das obras literárias e artísticas de 1886 ratificada em 1991 e três convenções que regem o patrimônio cultural ratificada pelo país (BUCAL, 2023). O país ainda não ratificou a convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005.

No plano da região africana, a Agenda 2063 e a Carta da União Africana para o Renascimento Cultural de África são dois quadros de referência regionais da União Africana que orientam a implementação de políticas econômicas e culturais no continente. As ações culturais da SEC são inspiradas pelas orientações relacionadas com as aspirações 1 e 5 da Agenda 2063, designados respetivamente – “Uma África Próspera, baseada no Crescimento Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável e Uma África com uma forte identidade cultural, Herança, valor e ética comuns (UA, 2015 p. 14).

Com efeito, importa acentuar que mesmo com esses acordos assinados, e ratificações o Estado através da SEJCD/SEC não conseguiu até então implementar as orientações operacionais vindo das convenções e acordos. Com isso, percebe-se que as lacunas no quadro jurídico inibem o progresso do setor cultural, impossibilitando a regulação dos setores culturais, da educação e da formação artística e cultural e ainda atrapalhando a mobilização de recursos para os investimentos.

PROMOÇÃO

APOIO

O país apresenta uma economia débil e depende consideravelmente da ajuda externa para suportar suas atividades governamentais. Infelizmente a ajuda externa nem sempre chega para o setor da cultura. De acordo com Nhanca (2013, p. 48) a Guiné-Bissau “carece de recursos próprios para financiar os principais programas de investimentos públicos”. Nesse enredo, cabe assinalar essas situações, como desfavoráveis em todas as esferas da sociedade guineense, especialmente na área da cultura.

O setor cultural guineense muitas vezes recebe uma baixa alocação orçamentaria em comparação com outras áreas prioritárias, como a saúde e educação. Certamente, este fato diz respeito à falta de compreensão acerca do valor e o potencial econômico da cultura, no entanto, isso reflete seriamente e limita a capacidade do governo de apoiar os projetos culturais, preservar o patrimônio cultural, programas de formação artística e promoção da diversidade cultural. Essa situação gera uma grande desvantagem para os agentes culturais e patrimoniais.

De acordo com o quadro abaixo, o orçamento anual atribuído ao setor da cultura nos parece ter firmado desde 2007 em 35,4 milhões de francos CFA para operações.

Quadro 1- Evolução do orçamento do ministério responsável pela cultura (em milhões de FCFA)

Rubrica	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Subvenção à imprensa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Orçamento total do Ministério da cultura	35,4	35,4	35,4	35,4	35,4	35,4	35,4	35,4	35,4	35,4	35,4	35,4
Funcionamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: DGC/INE-G/Ministério da Economia

Sem embargo, esta dotação representa orçamento nacional no setor da cultura e, revela a extrema fragilidade operacional da SEC, para isso, é uma quantia a não se contentar, pois, aumento da dotação orçamental é, no entanto, necessário para atender diversas demandas.

#### PROMOÇÃO



#### APOIO



No que se refere à captação dos outros financiamentos, nota-se que a secretaria de Estado da Cultura ainda não conseguiu capitalizar os fluxos financeiros dos parceiros técnicos. Por efeito da falta das políticas públicas e também da ausência de quadro de diálogo com os parceiros de cooperação cultural. Todavia, observa-se conforme o documento, o financiamento provido geralmente de instituições multilaterais de cooperação como a União Europeia, UNESCO, CEDEAO, UEMOA e países lusófonos como o caso de Portugal e Brasil.

Entretanto, é importante apontar a limitação da participação do setor privado no apoio à cultura na Guiné-Bissau. Diante dessa situação, os agentes culturais deparam com dificuldade na supervisão para apoiar a implementação dos seus projetos.

## 5 CONCLUSÃO

A governação de um setor transversal como a cultura, exige a mobilização de um mínimo de recursos humanos, materiais e financeiros para substanciar as capacidades institucionais do departamento que o administra, a fim de tornar possível a implementação de políticas públicas. O setor cultural guineense enfrenta, entretanto, grandes problemas, embora a intenção e abrangência das ações do Estado na área cultural tenham se crescendo gradativamente, os instrumentos e as formas de gestão permaneceram os mesmos.

A descontinuidade administrativa resultante de constante mudança de liderança política sobretudo na área da cultura, reflete na fragmentação da continuidade das políticas culturais e dos projetos em andamento. Relativamente aos recursos financeiros e legislativo na Guiné-Bissau, realmente, é um problema crucial que a gestão cultural pública na Guiné-Bissau está a enfrentar. É uma grande preocupação para todos os criadores, empresários culturais e organizações culturais da sociedade civil.

Percebe-se que a relação entre o Estado e Cultura na Guiné-Bissau tornou-se um eterno embate entre o otimismo da vontade e a aridez administrativa. Pois, a disfuncionalidade do Estado da Guiné-Bissau, como sendo um Estado bastante debilitado, em termos de operacionalização institucional, a contar da independência até dias atuais com variada incerteza em termos políticos, econômicos, sociais e

### PROMOÇÃO



### APOIO

culturais em cada período, são reflexos e consequências do passado, por não ter conseguido executar bem o seu papel e a sua missão enquanto Estado.

Entretanto, em suma, para ultrapassar os desafios apresentados é necessário um compromisso por parte do Estado guineense em fortalecer as instituições culturais, elaborar a curto prazo uma Política Nacional da Cultura e investir na capacitação de gestores culturais.

## REFERÊNCIAS

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombro: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BANCO MUNDIAL. Guiné-Bissau: Aspectos gerais.2021. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview>. Acesso em 30 de mai. 2023.

BUCAL, Vladimir; MACHADO, Eduardo Gomes. OS DESAFIOS DE CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NA GUINÉ-BISSAU: questões preliminares. Revista de Políticas Públicas, v. 26, n. 1, p. 360-374, 2022.

BUCAL, Vladimir. **ESTADO E POLÍTICA CULTURAL NA GUINÉ-BISSAU**: uma análise da relação entre Estado e cultura no período democrático (1994-2020). São Luís: PPGPP-UFMA, 2023 (Texto prévio de dissertação).

CAOMIQUE, Policarpo Gomes. Estado e poder tradicional na Guiné-Bissau: uma análise da (re) inserção dos líderes tradicionais de Caió no cenário político e administrativo (1991-2020). 2022. 112 f.

DA UNIÃO AFRICANA, Comissão. Agenda 2063—A África que queremos. **Quadro estratégico comum para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável. Plano de Implementação para a Primeira Década-2014-2023**, 2015.

GUINÉ-BISSAU. **Constituição da República**. Bissau: Assembleia Constituinte, 1996.

GUINÉ-BISSAU. Decreto Presidencial nº2/94. Disponível em: <https://www.legis-palop.org/inner.jsp> acesso 25 de abril de 2023.

GUINÉ-BISSAU. **Decreto-Lei n.º 3/2020**. Estrutura do Governo. Disponível em: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/gbs204374.pdf>. Acesso em 10/03/2023

GUINÉ-BISSAU. Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP). 2005. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8245720-Guine-bissau-documento-de-estrategia-nacional-de-reducao-da-pobreza-denarp.html> acesso em: 24 abril. 2023

GUINÉ-BISSAU. **III Conferência Nacional da Cultura: Cultura ao Serviço da Nação: Resoluções finais**. 2015.

PROMOÇÃO

APOIO

GUINÉ-BISSAU. **Plano de Ações da SEJCD**, 2014.



GUINÉ-BISSAU. **Plano estratégico e operacional 2015-2020 “Terra Ranka”**: documento II: relatório final. Bissau: Presidência da República, 2015. Disponível em: <https://www.lerenovaveis.org/contents/lerpublication/plano-estrategico-e-operacional-2015-2020-terra-ranka.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

GUINÉ-BISSAU. Relatório de Secretaria de Estado da Cultura. 2020

GUINÉ-BISSAU. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS. Boletim Estatístico da Guiné-Bissau. Bissau: INE, 2015.

GUINÉ-BISSAU: Segundo documento de estratégia nacional de redução da pobreza (DENARP II). **Ministério da Economia do Plano e Integração Regional. República da Guiné-Bissau**, 2011. Disponível em: [https://fecongnd.org/pdf/crianca/DENARP%20II%202011\\_2015.pdf](https://fecongnd.org/pdf/crianca/DENARP%20II%202011_2015.pdf) Acesso em 24 abril de 2023.

NHANCA, Viriato João Lopes. **Macroeconomia recente de Guiné-Bissau**: perspectiva no contexto regional globalizado. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2013.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano em Guiné-Bissau, 2020. Disponível em: <http://jornalnopintcha.gw/2020/12/16/relatorio-do-pnud-guine-bissau-apresenta-mais-baixo-indice-de-desenvolvimento-humano/> acesso em 19 mai. 2023.

RUDEBECK, Lars. Colapso e Reconstrução Política na Guiné-Bissau 1998-2000. The Nordic Africa Institute, Uppsala, 2001.

SANTANA, Sara Gomes. Guiné-Bissau: que políticas culturais? Dissertação (Mestrado em Gestão e Estudos da Cultura) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2015.

SILVA, Gabriela Toledo. A UNESCO e a trajetória da política cultural: momentos e movimentos de uma linguagem de ação pública (1966 - 1982) / Gabriela Toledo Silva. - 2016. 286 f.

THOMPSON, E. P. Costume em Comum – estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOUPANE, Paulin Maurice. Et el. Guine-Bissau: Priorities for long-term stability.2019. Disponível em: <https://issafrica.org/research/west-africa-report/guinea-bissau-priorities-for-long-term-stability> Acesso em: 21. Maio. 2023

TYLOR, Edward Burnett. **Primitive Culture**. Inglaterra: Gordon Press, 1871.

WILLIAMS, Raymond. Cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

#### PROMOÇÃO



#### APOIO